

ANA CAROLINA LIMA GOMES  
PEDRO HENRIQUE DE MORAES CICERO

## LIMITES DA ALTERNATIVA ENDÓGENA NA VENEZUELA BOLIVARIANA (1999-2013)

Recebido em 21/03/2023

Aprovado em 10/08/2023

# LIMITES DA ALTERNATIVA ENDÓGENA NA VENEZUELA BOLIVARIANA (1999-2013)

## ANA CAROLINA LIMA GOMES

Doutoranda pelo Programa de Posgrado en Estudios Latinoamericanos da Universidad Nacional Autónoma de México (PPEL, Unam). Bolsista do Consejo Nacional de Humanidades, Ciencias y Tecnologías (Conahcyt).

Email: [limagomescarol@gmail.com](mailto:limagomescarol@gmail.com)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6043-1273>

## PEDRO HENRIQUE DE MORAES CICERO

Professor adjunto de Relações Internacionais no Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (IERI/UFU). Professor colaborador no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Estudos Comparados sobre as Américas (PPGECsA/UnB). Coordenador de Políticas de Refúgio pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Email: [pedrohenrique@ufu.br](mailto:pedrohenrique@ufu.br)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4042-9832>

## Resumo

O propósito deste artigo é analisar como se articularam as condições objetivas de produção sob o mecanismo de desenvolvimento endógeno proposto pela presidência de Hugo Rafael Chávez Frias e o padrão de reprodução predominante no processo de valorização do capital estabelecido como resultado da última crise estrutural. Financiada pela renda petroleira, a estratégia bolivariana de desenvolvimento das forças produtivas mediante elevação do mais-valor relativo na base da acumulação experimentou, na ocasião da fase expansiva do ciclo de preços do barril de petróleo (2004-2011), um relevante fôlego produtivo denominado *industrialización soberana*. Contudo, assumindo como eixo condutor da análise as condições de subordinação do trabalho no país caribenho, constatamos neste processo indícios de deterioração dos níveis de produtividade junto à atividade industrial e de violação do valor da força de trabalho, combinados à intensificação do engajamento econômico exportador em setores de baixo valor agregado. Deste cenário, depreendemos a agudização da crescente especialização produtiva a que a Venezuela está submetida desde o esgotamento do padrão industrial integrado ao capital estrangeiro, fenômeno ininterrompido a despeito das transformações de ordem político-institucional consolidadas pelos bolivarianos.

**Palavras-chave:** teoria marxista da dependência; capitalismo dependente petroleiro-rentista; revolução bolivariana; industrialização

## **Abstract**

The purpose of this article is to analyze how the objective conditions of production have been articulated under the endogenous development mechanism proposed by the presidency of Hugo Rafael Chávez Frías within the predominant pattern of capital reproduction in the process of capital valuation established as a result of the last structural crisis. Financed by the oil income, the bolivarian strategy of developing the productive forces by raising the relative surplus value on the basis of accumulation experienced, on the occasion of the expansive phase of the oil barrel price cycle (2004-2011), a significant productive increase called *sovereign industrialization*. However, taking the conditions of labour subordination in this caribbean country as the guiding axis of the analysis, we verified in this process signs of deterioration of the levels of productivity within industrial activity and signs of violation of the labour force value, combined with the intensification of the exporting economic involvement in low added value sectors. From this scenario, we concluded the sharpening of the growing productive specialization to which Venezuela has been subjected since the exhaustion of the industrial pattern integrated with foreign capital, an uninterrupted phenomenon despite the political-institutional transformations consolidated by the bolivarians.

**Keywords:** marxist dependency theory; petroleum-rentist dependent capitalism; bolivarian revolution; industrialization

**JEL:** P41; Q20

## Introdução

A presente análise procede do panorama projetado a partir da emergência da crise estrutural no fim da década de 1960, sob a qual se entrelaçam diversas outras crises, colocando em relevo a incapacidade (ou o desinteresse) do capitalismo avançado em resolver as contradições engendradas pela sua própria expansão (MÉSZÁROS, 2011).

Desencadeada pela aguda concentração de capital e pela generalização dos instrumentos tecnológicos difundidos desde a segunda revolução tecnológica junto ao processo produtivo global, passou a prevalecer a disfuncionalidade da reprodução ampliada do capital total, reverberando sobre todas as dimensões do ciclo de maneira a impedir o deslocamento de seus antagonismos (MANDEL, 1986; MARINI, 1977). Diante deste cenário, medidas como o abandono do Sistema *Bretton Woods* e o recrudescimento do endividamento privado como recurso à expansão da produção material, ainda que visassem mitigar a reversão cíclica, cumpriram a função de aprofundar as contradições em curso (MANDEL, 1986). Assim, a produção excessiva de capital com relação a sua capacidade de valorização se desdobra no debilitamento sustentado da taxa média de lucro, revertendo o ciclo expansivo inaugurado no pós-guerra e trazendo à tona a saturação relativa do padrão industrial vigente nas economias centrais (MANDEL, 1986; MARINI, 1977).

O advento de uma nova etapa de internacionalização do capital, a qual se convencionou denominar “globalização”, se constitui, pois, como uma estratégia de enfrentamento da forte retração econômica motivada pela referida crise estrutural (CECEÑA, 1990; MORALES, 2016). Buscando instituir um novo ciclo de reprodução ampliada, a funcionalidade de dita estratégia repousa na construção de espaços de valorização adicionais para uma massa de capital superacumulada, visando a reconstituição do processo de acumulação (CARCANHOLO, 2017). *Grosso modo*, tais espaços foram concebidos a partir de distintos meios, dentre eles, a redução do tempo de rotação do capital total, o que permitiu acelerar a liberação de capital ao processo produtivo, incrementar a produção de mais-valor e recuperar relativamente

a taxa anual de lucro (BREDA, 2020; CARCANHOLO, 2017). Assim, a exacerbção dos circuitos financeiros do capital no âmbito da acumulação mundial, associada a um processo de fragmentação da produção industrial induzido pelo advento de um novo paradigma tecnológico, desponta como elemento determinante para a reconfiguração do processo de produção capitalista no fim da década de 1960 (CARCANHOLO, 2017).

Outra expressão deste fenômeno é a recomposição do papel do Estado e da organização do trabalho a partir da imposição da cartilha neoliberal, em grande medida assegurada pela intensificação da taxa de superexploração da força de trabalho no contexto dependente e periférico e da exploração da força de trabalho dos segmentos mais vulneráveis nos centros capitalistas (CARCANHOLO, 2017). A realocação das distintas fases do processo produtivo global se direciona, assim, de acordo com o grau de subsunção da força de trabalho nos mercados laborais de cada país, predominando nas regiões periféricas aquelas etapas cuja produtividade estivesse mais relacionada ao uso intensivo e prolongado da força de trabalho, enquanto as etapas estratégicas conservaram-se nos centros (CECEÑA, 1990). Contando com o decisivo apoio do Estado, tais medidas conduziram ao congelamento dos níveis de emprego e salários, à precarização das condições laborais, além da adoção de medidas de racionalização da produção seguida do estímulo a fusões e aquisições, garantindo, assim, a centralização necessária ao desenvolvimento tecnológico do aparato produtivo então obsoleto (MARINI, 1977). No mesmo sentido, a captação forçada de liquidez internacional pela hegemonia estadunidense mediante o brusco aumento da taxa nacional de juros, na tentativa de conter a alta inflação que afligia o dólar e, simultaneamente, subordinar o conjunto do sistema bancário internacional à política fiscal daquele país, corroborou no esgotamento da disponibilidade de capital outrora responsável pelo estímulo à industrialização na periferia capitalista (BREDA, 2020; DUMÉNIL; LÉVY, 2014).

Não raras vezes, em meio ao horizonte multidimensional da crise, o papel estratégico desempenhado pelo petróleo como referência da grande firma

capitalista no século XX tende a se sobrepor ao declínio da acumulação, muito embora o choque desatado no mercado petrolífero se configure como sintoma e não como causa da reversão cíclica (MANDEL, 1986). Nesse cenário, o debilitamento do controle de preços praticado pelo capital petrolífero estadunidense em princípios da década de 1960 assinalava o comprometimento em termos de capacidade competitiva industrial dos Estados Unidos, deixando entrever o papel estratégico da recém-fundada Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) no cenário geopolítico (MANDEL, 1986; MOMMER, 2010 [1988]). Não é fortuita, portanto, a concomitância entre o crescimento da renda absoluta captada pelas nações petrolíferas e as profundas alterações conjunturais suscitadas pelos processos de nacionalização das jazidas em aberta contestação aos grandes monopólios, fato que culmina no brusco aumento dos preços do barril no biênio 1973-1974 (MOMMER, 2010 [1988]). Tratou-se, no entanto, de um episódio de curto fôlego, logo sucedido por uma nova onda recessiva (MANDEL, 1986). Como o déficit produtivo anual em relação à crescente demanda nacional não poderia ser satisfeito mediante o incremento de importações, apostou-se no avanço do militarismo estadunidense sobre as reservas mundiais, visando estimular um importante eixo da acumulação, o complexo militar-industrial, ainda que sob taxas significativamente menores que as registradas em períodos precedentes (MORALES, 2016).

A assimilação dos contornos ostentados pela reconversão produtiva desde o predomínio da financeirização como elemento dinamizador da acumulação nos conduz à análise do padrão de reprodução<sup>1</sup> vigente na América Latina, fundamentação teórica elaborada por Marini (2012) e Osorio (2012, 2016)

---

<sup>1</sup> Para melhor caracterizar dita categoria, retomamos a explicação conferida por Osorio (2012, p. 40-41): “A noção de padrão de reprodução do capital surge para dar conta das formas como o capital se reproduz em períodos históricos específicos e em espaços geoterritoriais determinados, tanto no centro como na semiperiferia e periferia, ou em regiões no interior de cada um deles, considerando as características de sua metamorfose na passagem pelas esferas da produção e circulação [...], integrando o processo de valorização [...] e sua encarnação em valores de uso específicos [...], assim como as contradições que esses processos geram. A categoria de padrão de reprodução do capital estabelece, assim, mediações entre os níveis mais gerais de análise (modo de produção capitalista e sistema mundial) e os níveis menos abstratos ou histórico-concretos (formação econômico-social e conjuntura)”.

como recurso à historicização dos eixos sustentadores da valorização em dado período e formação econômico-social. Cumpre salientar que a conformação de tais modalidades de reprodução mediante valores de uso, processos produtivos, modos de exploração da força de trabalho, mercados de realização e políticas estatais específicas, sintetizam múltiplas determinações, as quais conservam as tendências e contratendências estruturantes do modo de produção capitalista como processo histórico (OSORIO, 2016).

Comparecem como reflexos da nova forma histórica de valorização o crescimento explosivo do endividamento público em paralelo a políticas de ajuste fiscal e de abertura financeira na América Latina, buscando repressar a exacerbação do capital fictício no processo produtivo e garantir a apropriação do mais-valor pelas economias imperialistas (MARINI, 1977). Com a reconfiguração da divisão internacional do trabalho suscitada de referida crise, passa a predominar a segmentação produtiva e a reorientação exportadora da produção industrial antes voltada ao mercado doméstico, agravando as assimetrias em termos de poder entre matrizes transnacionais e empresas subcontratadas, as últimas geralmente alocadas em regiões periféricas (BREDA, 2020; CECEÑA, 1990). A dispersão das etapas produtivas gerenciada pelos grandes oligopólios transnacionais entre diversos países determina, pois, a falência dos projetos de desenvolvimento autônomo até então implementados em nosso continente (BAMBIRRA, 2012 [1974]).

Isto posto, em trabalhos prévios demonstramos a correspondência entre o auge industrial e o auge rentista no contexto venezuelano, isto é, entre o ápice da capacidade de captação dos proventos petrolíferos pelo Estado e o mais acelerado desenvolvimento industrial já experimentado pelo país sul-americano, catapultado pela estatização petrolífera e pela diversificação dos investimentos estrangeiros no conjunto da atividade industrial (LIMA GOMES, 2022). Desde já, o rentismo petrolífero nos aparece, portanto, como uma condição à reprodução do capitalismo venezuelano e não como uma enfermidade conjuntural, em alusão às pressões exercidas pelo extrativismo sobre a indústria holandesa. Os abundantes recursos provenientes da exportação

petroleira cristalizaram, pois, as tendências constituidoras da dependência de base petroleiro-rentista, condicionando a capacidade produtiva nacional ao desempenho do setor petroleiro industrial (FERREIRA, 2012). Assim, se a sustentada maximização dos ingressos fiscais petroleiros ao longo dos anos 1970 conseguiu postergar momentaneamente os efeitos do esgotamento do paradigma tecnológico vigente, ela não poderia coibir o abortamento da estratégia de desenvolvimento relacionada à atuação empresarial do Estado sobre a indústria nacional, à época designada *Gran Venezuela*<sup>2</sup> (LIMA GOMES, 2022). A explicação conferida pela teoria econômica tradicional ao fenômeno em questão, contudo, é incapaz de ir além dos aspectos gerenciais mais aparentes, centrada em uma suposta incapacidade de absorção de recursos financeiros por parte da estrutura produtiva nacional<sup>3</sup>.

Por sua vez, este artigo argumenta que a rearticulação das formas de integração do capital entre centro e periferia suscitada pela crise estrutural conduz à internalização desta e ao consequente estancamento da acumulação nacional, impondo ao país caribenho a transição do padrão industrial integrado ao capital estrangeiro ao padrão exportador de especialização produtiva. Coincidindo com Mészáros (2011), entendemos que o deslocamento das contradições internas do capital evidenciadas pela referida crise às economias dependentes e periféricas, porquanto inseridas de maneira subalterna na dinâmica da acumulação mundial, constituiria um mecanismo que

<sup>2</sup> Por *Gran Venezuela* nos referimos ao projeto intervencionista estatal que vigorou no país caribenho ao longo das décadas de 1950 a 1970, então responsável por consolidar em definitivo as bases da acumulação nacional sobre a renda das exportações petroleiras. Enquanto episódios centrais deste processo, cabe destacar a promulgação da *Ley de Hidrocarburos* de 1943, da *Ley de bienes afectos a reversión en las concesiones de hidrocarburos* em 1971 e, finalmente, da *Ley orgánica que reserva al Estado la industria y el comercio de los hidrocarburos*, que promoveu a nacionalização da indústria petroleira venezuelana em 1976.

<sup>3</sup> Assumida como o colapso do regime de acumulação vigente, a irradiação da crise estrutural a esta formação social-econômica singular, denominada capitalismo dependente petroleiro-rentista, agudizou a debilidade do capital doméstico em centralizar e sustentar a acumulação. Expressada pelo profundo descompasso entre as variáveis “consumo” e “produção doméstica”, a disparidade da relação capital-produto na Venezuela, cerne do argumento de Asdrúbal Baptista (2010 [1997]) acerca de uma suposta paralisação da dinâmica de acumulação rentística, alude às contradições gestadas junto à frágil rentabilidade do capital privado em face da magnitude representada por um capital de origem “exógena”, a qual não poderia ser corrigida mediante o fomento à restauração produtiva pelo mero aumento da demanda. Assim, segundo o autor, a artificialidade do capital doméstico seria escancarada na medida em que o Estado se torna mais preeminente, incapaz de sustentar o ritmo da acumulação até então prevalecente.

visaria dissipar disfunções acumuladas – propagando-as sem, no entanto, resolvê-las definitivamente. Trata-se, assim, da reatualização da dependência petroleiro-rentista frente a nova dinâmica de reprodução do capital, dinâmica que pressupõe, em dimensões globais, a intensificação da busca por insumos e alimentos e a ampliação da produção/extração desses recursos, o acirramento da condição exportadora em paralelo ao incremento do processo de circulação, além da acentuação da taxa de superexploração da força de trabalho na periferia capitalista (LIMA GOMES, 2022).

Para o caso venezuelano, a reconfiguração capitalista sob um novo esquema de reprodução se expressa, em níveis mais aparentes, através do declínio relativo dos gastos e investimentos públicos e do encolhimento do produto industrial, restringindo a abrangência estatal em favor do avanço transnacional nos negócios petroleiros (MOMMER, 2010 [1988]). Fatalmente, tais adversidades se traduziriam em uma acentuada crise política, abrindo margem para a contestação do regime vigente e pavimentando o caminho para a emergência institucional do bolivarianismo<sup>4</sup>.

### **Impactos da crise estrutural sobre a Venezuela e a emergência do bolivarianismo**

Com o espraiamento da crise estrutural, sobressai uma fase recessiva marcada pela mitigação dos ingressos petroleiros, a qual se converte em crise fiscal e na retração da capacidade de importação de bens intermediários e de capital necessários à produção industrial. Outrora beneficiados pelo auge dos preços petroleiros e pela ampliação das funções estatais sob a estrutura produtiva industrial e petroleira, os novos contornos assumidos

---

<sup>4</sup> São muitas as análises dedicadas a interpretar a gênese e constituição do movimento conhecido por bolivarianismo na cultura política venezuelana. Sem nos atermos aos seus vastos aspectos históricos e ideológicos, que remontam à memória secular do Libertador Simón Bolívar, neste trabalho adotaremos a sua dimensão social mais recente, relacionada à conformação de um programa político policlassista que apresentou um deslocamento tático de natureza insurrecional a institucional diante de um contexto nacional de crise produtiva no último quarto do século XX. Nossa caracterização está amplamente apoiada nos embasamentos de Carla Ferreira (2006, 2012), os quais recomendamos consultar para uma análise mais pormenorizada sobre o tema.

pelo desenvolvimento dependente venezuelano restringiram as dimensões do Estado e a abrangência dos serviços públicos, comprometendo o valor tributável da produção petroleira em favor do avanço transnacional sobre a *Petróleos de Venezuela S.A.* (PDVSA) (MOMMER, 2010 [1988]). Tem-se, a partir de então, o abandono das iniciativas de diversificação produtiva ante o incremento do peso dos hidrocarbonetos na pauta exportadora (BANKO, 2005; LUCAS, 2006).

Empreendida pela direção da estatal petroleira, a política de internacionalização nos marcos da *Apertura Petrolera*<sup>5</sup> (1989-1998) buscou dismantlar as premissas da nacionalização instituídas no ano de 1976 mediante mecanismos de controle de preços e oferta que contornassem a estrutura regulatória venezuelana (MOMMER, 2010 [1988]). Respondendo às pressões políticas das grandes concessionárias estrangeiras, vislumbrou-se a criação de mecanismos de transferência do lucro angariado pela PDVSA por fora dos valores fiscais de exportação, através da transmissão de seus ativos às suas próprias subsidiárias no exterior (MOMMER, 2010 [1988]). Tais manobras seriam definitivamente implementadas a partir do pacote *Gran Viraje*<sup>6</sup> anunciado pela segunda presidência de Carlos Andrés Pérez (1989-1993), outrora o maior símbolo do projeto desenvolvimentista venezuelano, no compasso da falência das políticas centradas em torno da construção da *Gran Venezuela* (MOMMER, 2010 [1988]).

---

<sup>5</sup> Coincidindo com o deslocamento do eixo de valorização da esfera produtiva à financeira nos marcos da última crise estrutural, passa a vigorar no contexto venezuelano um programa pautado pela reestruturação produtiva e pela majoração do capital transnacional sobre o setor petroleiro, ao gosto das grandes corporações financeiras internacionais. Conhecido por *Apertura Petrolera*, tal programa encarnou a expressão máxima da implementação das bases de desenvolvimento neoliberais pelo vigente regime de *Punto Fijo*, tendo assumido centralidade o incremento sem precedentes da dívida pública associado à exacerbação do viés exportador especializado em *commodities* de baixo valor agregado.

<sup>6</sup> Outro sintoma da reconfiguração *puntofijista* às premissas do Consenso de Washington, o *VIII Plan de la Nación ou Gran Viraje* significou a etapa de ajuste e de liberalização comercial e financeira incumbida de garantir a necessária mobilidade aos investimentos estrangeiros e seus generosos rendimentos junto ao novo regime de valorização que então emergia. Entre suas mais destacadas medidas, sublinhamos a desregulamentação do controle de preços, o incremento de tributos públicos e de privatizações e a eliminação de subsídios a gêneros alimentícios e à gasolina, fato que desencadeou um conjunto de revoltas conhecido por *Caracazo*, as quais escancararam a incontornável deterioração daquele regime político.

Em que pese a adesão ao esquema *fondomonetarista* deflagrada em definitivo desde a promulgação da *Apertura*, não se materializou a reversão da conjuntura de deterioração fiscal e cambiária prometida pelos investidores estrangeiros, desvelando o processo de desinvestimento pelo qual passava grande parte dos setores econômicos há pelo menos uma década (MOMMER, 2010 [1988]). Como consequência emerge, entre 1994 e 2000, uma profunda crise no setor industrial marcada pelo significativo recuo de seu produto e pelo incremento da produção primária petroleira, com redução da participação do setor manufatureiro junto ao PIB de 18,1 para 14,2% entre 1987 e 1999 (LUCAS, 2006). Por seu turno, houve um significativo incremento do peso dos hidrocarbonetos na pauta exportadora e a participação do setor petroleiro junto ao produto alcança de 19,4 a 28,7% no período destacado.

Neste cenário, restou patente a impossibilidade de se sustentar grandes alterações no campo econômico logo após a vitória eleitoral do Presidente Hugo Chávez. A sua reversão viria por meio da rearticulação do regime de cotas da Opep e da consequente recuperação dos preços petroleiros, estratégia ativamente ensejada pela diplomacia bolivariana e favorecida pelo súbito reaquecimento da economia global mediante o crescimento do mercado chinês (CICERO, 2015).

Respalhada pela recuperação dos preços petroleiros, a tolerância bolivariana pela orientação neoliberal cedeu lugar à inauguração de uma política fiscal expansiva, dedicada à reversão dos fundamentos *aperturistas* (BARROS, 2007; SEVERO, 2009). Por ocasião da reorientação político-institucional advinda do processo constituinte, a inauguração da V República desde a vigência da *Constitución de la República Bolivariana de Venezuela* (CRBV) alicerçou a política de reativação econômica nos marcos da reindustrialização, da diversificação do aparato produtivo e da recuperação dos níveis de consumo e renda da população (SEVERO, 2009). Assentada na maximização da renda petroleira e na retomada do investimento público, tais medidas engendraram disputas sobre a elaboração da política petroleira e, por consequência, sobre o controle administrativo da PDVSA (FERREIRA, 2012).

Como indício de aprofundamento da condição dependente em sua especificidade petroleiro-rentista, a progressiva recuperação das exportações petrolíferas conviveu com o encolhimento percentual do aporte fiscal nacional, tornando imperiosa uma reforma do regime fiscal petroleiro (FERREIRA, 2012). Nesse sentido, foi fundamental o papel desempenhado pela promulgação das Leis Habilitantes, sobretudo a *Ley de Hidrocarburos*, aos objetivos de regulamentação pública sobre os negócios petrolíferos. Em pouco tempo, a regulamentação se converteu em melhores condições de acumulação, as quais incidiriam na formulação de políticas industriais e de desenvolvimento endógeno que visavam corrigir a carência nos níveis de produtividade da economia não-petrolífera, de inferior composição orgânica média em comparação ao setor petrolífero.

A incorporação da agenda intervencionista pelos bolivarianos e a agudização das disputas sobre os excedentes petrolíferos foram mobilizadas como justificativa para a adoção de estratégias insurrecionais por parte da oposição, culminando na paralisação<sup>7</sup> das atividades petrolíferas convocada pelo corpo diretivo da PDVSA, entre dezembro de 2002 e fevereiro de 2003, e em uma tentativa de golpe de Estado em 11 de abril de 2002. A neutralização de tais tentativas por massivas mobilizações populares e, sobretudo, pela experiência de controle produtivo da PDVSA pelo operariado petrolífero conduziu não apenas ao restabelecimento da presidência bolivariana como à completa substituição dos dirigentes da empresa, legitimando, assim, a alocação dos excedentes, outrora reaplicados em favor do desempenho da própria PDVSA, ao financiamento de políticas de desenvolvimento econômico (FERREIRA, 2012).

---

<sup>7</sup> Designada *paro petrolero*, a paralisação das atividades da PDVSA entre novembro de 2002 e fevereiro de 2003 como contrapartida à implementação da *Ley de Hidrocarburos* escancarou as hostilidades entre o governo bolivariano e a gerência da estatal petrolífera. Em apenas quatro meses, a devastação econômica suscitada pela paralisação afetou substancialmente os ingressos petrolíferos e a capacidade produtiva nacional, provocando um recuo da ordem de 27% do produto e redução de 8% na atividade econômica no primeiro semestre de 2003 (LÓPEZ MAYA, 2005; MAZA ZAVALA, 2009). Entre 1998 e 2003, o total da produção manufatureira não ultrapassou 73,4% da produção registrada em 1997, comprometendo a sua participação de 17,36% para 16,24% junto ao produto total em 2003. Além disso, a falência de pequenas e médias indústrias e de estabelecimentos comerciais incrementou os níveis de desemprego de 15,4% para 20,3% e a taxa de inflação atingiu 31%, patamar equivalente ao registrado em 1999 (LUCAS, 2021; MAZA ZAVALA, 2009).

Não obstante, o restabelecimento do controle sobre a estatal petroleira e a desmobilização dos trabalhadores resultariam na reversão das conquistas de tais ações ao executivo, em detrimento da autonomia dos trabalhadores (FERREIRA, 2012). Diante disso, desacelerou-se a luta de classes no país, com o conseqüente fortalecimento do processo político bolivariano capitaneado por vias institucionais. Neste novo cenário, o governo passou a impulsionar políticas de redistribuição de renda de ampla cobertura, as quais culminaram na elaboração de um novo modelo produtivo, em resposta à crise política e econômica desatada entre os anos 2002-2004 (ÁLVAREZ R., 2009; FERREIRA, 2012).

### **Gênese do *Nuevo Modelo Productivo* e o advento da *industrialización soberana* em suas contradições aparentes**

Uma vez assegurado o controle do executivo nacional sobre a operação gerencial da PDVSA, a ampliação dos ingressos fiscais e da capacidade tributária na Venezuela permitiu à administração bolivariana operar sem grandes restrições orçamentárias, alcançando importantes dividendos políticos que conduziram ao amortecimento dos efeitos da greve patronal.

Diante do recrudescimento da atividade produtiva interna, o anúncio da proposta bolivariana de organização social da produção, *Nuevo Modelo Productivo* (NMP), aspirava à correção das causas estruturais da exclusão social, dos desequilíbrios intersetoriais e das disparidades regionais a partir do impulso ao desenvolvimento endógeno<sup>8</sup> das forças produtivas e da primazia produtiva de bens e serviços socialmente demandados (ÁLVAREZ R., 2009). Desta vez, à revelia do prévio protagonismo dos mercados internos, a reedição do endogenismo visava a superação das debilidades identificadas junto à estratégia original de substituição de importações, priorizando os

---

<sup>8</sup> Recuperando as contribuições de Oswald Sunkel e de Raúl Prebisch, os pressupostos bolivarianos de desenvolvimento endógeno referiram-se ao fomento de um mecanismo endógeno de acumulação que favorecesse as plataformas industriais domésticas a partir de estímulos técnicos, vantagens comparativas e ganhos de produtividade, em grande medida financiados pelo investimento social e produtivo dos proventos petroleiros.

mercados externos no contexto do regionalismo econômico internacional (VERA, 2006). Vale ressaltar, ainda, a consolidação dos programas de assistência social denominados *Misiones Bolivarianas* nas áreas da saúde, educação, abastecimento alimentar e habitação, os quais se configuraram como o aspecto social da estratégia bolivariana de desenvolvimento endógeno (GIORDANI, 2009).

Através do engajamento estatal nas indústrias de produção primária e na prestação de serviços básicos, este novo enfoque procurou aliar o capital privado e as empresas estatais sob grandes plantas industriais designadas como Núcleo Endógeno Básico, as quais seriam complementadas por núcleos menores circunscritos ao fomento do movimento cooperativista (PARKER, 2006; VERA, 2006). A execução dessa estratégia suscitou, ainda, a reorientação da política de mercado das estatais, visando favorecer a demanda de pequenos e médios industriais do mercado doméstico e garantir a eles o abastecimento de insumos em condições especiais de pagamento (LUCAS, 2021). Entretanto, a recepção de tais medidas pela *Confederación de Industriales de Venezuela* (Conindustria) como uma “agressiva ingerência estatal sobre as atividades produtivas” evidenciaria a contundente recusa do empresariado nacional às receitas de inclinação cepalina (LUCAS, 2021; PARKER, 2006).

Concomitantemente à reforma petroleira, materializou-se a convergência entre a política petroleira estatal e a política industrial implicada nos objetivos do desenvolvimento endógeno bolivariano. Da elevação do produto em 18,3% no ano de 2004 desdobrou-se um amplo plano de investimentos públicos na plataforma de indústrias básicas e mineradoras, contemplando o financiamento de uma nova siderúrgica, o *Complejo Siderurgico Nacional*, além da construção e reativação de um conjunto de novas refinarias (LUCAS, 2021; MAZA ZAVALA, 2009). Quanto à infraestrutura, projetou-se a ampliação do circuito industrial de alumínio, do complexo de indústrias de cimento e do sistema elétrico nacional, este último centrado na construção de uma nova hidrelétrica denominada *Central Hidroeléctrica Manuel Piar* (Tocoma)

(SEVERO, 2009). Em linhas gerais, a importância estratégica de Tocoma repousava na reversão do quadro de deterioração do parque elétrico nacional, em vigência há pelo menos duas décadas (LÓPEZ GONZÁLEZ *et al.*, 2017).

Entre 2006 e 2008, ocorreram várias iniciativas estatais de recuperação de uma série de empresas outrora privatizadas, bem como o estabelecimento de novas empresas nos marcos do programa *Fábrica Adentro* e, em seguida, por meio do programa *200 Fabricas Socialistas*<sup>9</sup>. Admitida a manutenção de relações mercantis nos marcos da CRBV, ao setor empresarial privado comprometido com a transformação do modelo produtivo seria assegurado o acesso a subsídios e a incentivos públicos, até sua paulatina incorporação aos pressupostos de planificação participativa desde a inflexão ao Socialismo do Século XXI<sup>10</sup>.

Constatada a recuperação da participação do produto manufatureiro na composição do produto não-petrolero, fenômeno designado *industrialización soberana*, precipitam-se hipóteses relacionadas à exitosa atuação estatal na compensação das distorções geradas pela formação social dependente petrolero-rentista na economia produtiva. O notável crescimento da atividade econômica, detidamente no setor não-petrolero privado, comprova o prévio empenho bolivariano em realizar investimentos em bens de capital cujo impacto conduziu ao incremento da produção industrial e ao expressivo aumento da exportação de bens não-tradicionais, especialmente ferro, aço, alumínio e peças automotivas<sup>11</sup> (FERREIRA, 2012; LUCAS, 2021; MAZA ZAVALA, 2009).

---

<sup>9</sup> Para maiores detalhes acerca de tais iniciativas, recomendamos consultar Lima Gomes (2022).

<sup>10</sup> Nas palavras de Giordani (2009, p. 11-12, tradução nossa), o significado do termo Socialismo do Século XXI partiu das seguintes constatações: “Considerar a necessidade do Socialismo do Século XXI para a Venezuela baseia-se na constatação de que o atual modelo capitalista rentista é incapaz de garantir a satisfação das necessidades sociais dos venezuelanos de modo permanente, razão pela qual é necessário substituí-lo por outro de natureza socialista. [...] As transformações possíveis devem ser sustentadas pelo desenvolvimento de forças políticas que possam estar preparadas para vencer as resistências internas e externas às mudanças propostas, daí os imensos desafios que se colocam às forças que operam em prol da maturação das condições tanto subjetivas como materiais objetivas e em poder avançar em uma direção adequada a um novo modelo social e produtivo, ou, dito de outro modo, a um novo modelo de desenvolvimento e outro de acumulação, desta vez baseados na lógica do trabalho”.

<sup>11</sup> Em números absolutos, a exportação de produtos metalúrgicos aumentou de US\$ 780 milhões para US\$ 3,1 bilhões ao longo do decênio de 1999 a 2008, representando neste último ano 50% do total (MAZA ZAVALA, 2009).

No mesmo sentido, a pontual redução das importações de bens de consumo finais, de 37,6% para 24,2% do total importado, e o acréscimo da formação bruta de capital fixo em 25,7% deste total parecem reforçar o aparente cenário de renovação do processo de substituição de importações encampado pelos bolivarianos (BARROS, 2007; SEVERO, 2009; SUTHERLAND, 2016). Entretanto, tais realizações demonstraram fragilidade na medida em que a brecha real entre a produção nacional e a demanda agregada interna seguiu estimulando a ampliação das importações e o aumento dos preços. Assim, o crescimento superior ostentado pelo comércio importador antecipou desequilíbrios na balança de pagamentos frente a saldos favoráveis na conta corrente cada vez mais reduzidos, até que se exaurisse, a partir de 2011, a fase expansiva do ciclo de preços petrolíferos (MAZA ZAVALA, 2009).

A expansão do produto não-petrolífero no intervalo destacado procedeu primordialmente do consistente crescimento dos setores terciário, de serviços de intermediação financeira e de telecomunicações, além do incremento da capacidade elétrica instalada (ÁLVAREZ R., 2009). Apesar do insuficiente crescimento em termos absolutos experimentado pelo setor petrolífero, cerca de metade do fluxo de divisas registrados entre 2004 e 2007 derivou do dinamismo alcançado pela elevação dos preços petrolíferos, mantendo as fontes de financiamento nacional reféns de fatores exógenos e conjunturais (MAZA ZAVALA, 2009). Sem nos atermos rigorosamente à dialética entre a produção e a apropriação do valor própria da condição dependente, resta clara a subordinação do endogenismo bolivariano à reprodução do modo de acumulação petrolífero-rentista, fato que eventualmente comprometeria o nível de investimentos produtivos necessário à manutenção da expansão econômica.

Por sua vez, a manifestação da tendência ao decréscimo da participação do emprego industrial no conjunto da força de trabalho empregada, produto da gradual transferência destes trabalhadores às modalidades de ocupação mais infladas como o setor de serviços, confirma que o incremento experimentado pela produção industrial decorreu, fundamentalmente, do aumento da capacidade instalada (INE, 2021; LUCAS, 2021; VERA, 2009). A

participação da manufatura em importância relativa abrangeu apenas 15,97% do produto em fins de 2008, tendo alcançado 16,7% em 2005 e 17,36% em 1999 (ÁLVAREZ R., 2009). Como observa Vera (2009), comparativamente os índices registrados entre 1999 e 2007 repercutem como os piores resultados auferidos pelo produto industrial nas últimas quatro décadas. Ao que se agrega a análise de Sutherland (2016) sobre os níveis de formação bruta de capital fixo em relação à força de trabalho ocupada aplicados à indústria privada não-extrativa entre 1997 e 2014, em que se verifica um incremento deste indicador até 2007 seguido de um pronunciado descenso da ordem de 68% nos anos posteriores, regredindo a níveis inferiores aos registrados em 1997. Tais constatações sinalizam fortes evidências de que o breve dinamismo industrial alcançado pelos bolivarianos não correspondeu a reversões significativas em termos do contínuo decréscimo de participação industrial junto ao produto agregado.

Em relação ao fôlego exportador experimentado em setores da indústria extrativa de baixo valor agregado, também ficou demonstrado que os investimentos em bens de capital estiveram especialmente concentrados neste setor, malgrado os agudos retrocessos acumulados pela indústria de transformação de maior complexidade sediada no país (VERA, 2009). O crescimento notado entre os anos 2004 e 2006, ademais, pouco alterou a parca articulação e desigual densidade do tecido industrial nacional, além de não reverter a concentração oligopólica da produção nacional, com predomínio do setor privado junto às redes de distribuição (EL TROUDI, 2010). Assim, as iniciativas promovidas pelos bolivarianos em termos de unidades industriais pouco impactaram o quadro de permanente concentração produtiva, redundando em módicas ofertas de empregos no setor manufatureiro, predominantemente os de baixa qualificação.

Em suma, a dinâmica de crescimento verificada ao longo de quase uma década na Venezuela exhibe um escasso resultado, cuja somatória entre as taxas de variação do produto interno bruto não ultrapassa 3,4%, alcance incipiente diante de um afluxo de ingressos sem precedentes na história fiscal do país (MAZA ZAVALA, 2009). Ademais, se tratou de um crescimento

inorgânico, já que a conformação deste não se constituiu sobre a atividade industrial e agrícola, recaindo, fundamentalmente, nos setores do comércio e de serviços dedicados à comercialização e distribuição de bens e serviços importados, beneficiados pela apreciação do câmbio (ÁLVAREZ R., 2009; MAZA ZAVALA, 2009). Este dinamismo sequer incrementou a participação das exportações não petroleiras industriais, prevalecendo, em seu lugar, a proeminência das exportações petroleiras sobre as exportações totais, marcadamente a do petróleo cru, e a recomposição regressiva das exportações de setores industriais de baixa complexidade e produtividade (VERA, 2009).

### **Limites da alternativa endógena e a inflexão ao *socialismo productivo venezolano***

Em fins de 2007, não obstante o crescente afluxo de recursos fiscais registrados, se evidencia a recorrência de saldos deficitários nas contas públicas a partir da trajetória ascendente dos gastos correntes e de capital. O persistente comprometimento fiscal pelo balanço financeiro desfavorável resultou, então, em operações de refinanciamento e amortização do déficit orçamentário via aquisição de títulos da dívida pública de curto prazo por instituições financeiras residentes, haja vista as abundantes condições monetárias internas e o limitado acesso ao crédito público externo (MAZA ZAVALA, 2009; OURIQUES, 2015).

Ainda que a justificativa pela aplicação de tais medidas remetesse ao abrandamento da pressão inflacionária, cuja média atingiu 25% naquele período, na prática, seu desígnio se revelou como uma exitosa estratégia de liberalização da conta capital, a qual impactou negativamente o controle de câmbio em vigência desde 2003 (OURIQUES, 2015). Em outras palavras, o fortalecimento do capital financeiro a partir do recorrente endividamento estatal redundou na implementação de uma política de controle de câmbio com abertura da conta de capitais que visou acentuar a mobilidade de capitais, fossem financeiros ou produtivos, o que se demonstrou especialmente evidente por ocasião da adesão por parte da PDVSA à prática de emissão de títulos a partir de 2005 (OURIQUES, 2015).

Desse modo, Ouriques (2015) adverte que, a partir da adoção da política de endividamento estatal por títulos públicos, estabeleceram-se as condições para a ampliação da exportação de capitais da ordem de US\$ 4.324 para US\$ 27.781 milhões entre 1999 e 2007, cujo ritmo acelerado alcançaria, em apenas nove anos, a totalidade da cifra atingida em quatro décadas de vigência da IV República (1958-1998)<sup>12</sup>.

Outro desdobramento de dita estratégia foi a intensificação do processo inflacionário (MAZA ZAVALA, 2009). Evidentemente, suas implicações para a organização produtiva na Venezuela foram devastadoras, entre elas, a regressão da capacidade produtiva nacional e o agravamento da tendência à deterioração do volume de investimentos produtivos observada desde 2005. Não há, portanto, qualquer paradoxo entre o aprofundamento do rentismo e o reforço dos estruturais mecanismos de drenagem de capital operadores da permanente transferência de valor de que padece a formação dependente petrolero-rentista, resultando no progressivo comprometimento da autonomia nacional sobre os excedentes petroleros.

Os sinais de desaceleração sustentados pelo produto manufatureiro ao longo de 2007-2008 prontamente converteram-se em estancamento e recessão nos anos subsequentes. A adoção de uma acentuada restrição da liquidez monetária para combater a espiral inflacionária, mesmo combinada com políticas de regulação da taxa de juros ao setor manufatureiro, não conseguiu evitar efeitos de contração na atividade econômica, impactando negativamente o outorgamento de créditos públicos e de fundos dirigidos ao financiamento dos setores produtivos privados (EL TROUDI, 2010).

Assumida como uma crise de valorização resultante do exaurimento das forças produtivas nacionais, a agudização da recessão econômica conduziu ao amadurecimento das pretensões bolivarianas a um movimento

---

<sup>12</sup> Inaugurada pelo golpe de *Punto Fijo*, a IV República correspondeu ao regime político responsável por assentar as bases da acumulação venezuelana sobre o setor industrial exportador a partir de um pacto democrático-representativo entre os partidos *Acción Democrática* (AD), *Unión Republicana Democrática* (URD) e *Comité de Organización Política Electoral Independiente* (Copei), com a anuência das Forças Armadas.

transicional como espaço de consolidação da V República, oportunizado pela vitória do Presidente Chávez nas eleições presidenciais de 2006 (EL TROUDI, 2010; GIORDANI, 2009). Apostou-se na busca pela maturação produtiva assentada na ampliação da capacidade instalada e atualização tecnológica das empresas básicas sob intervenção planejada do Estado, que incidisse junto ao nível de produtividade do aparato industrial até a sua substituição por cadeias produtivas responsáveis por impulsionar novas relações sociais de produção no conjunto da economia (EL TROUDI, 2010; GIORDANI, 2009). Implementadas a partir de experiências de planificação econômica e, simultaneamente, incubadoras de novos padrões de organização do trabalho, tais relações de produção alternativas foram constituídas a partir da inauguração de novas modalidades de propriedade, entre estatais (públicas e mistas), social-coletivas (cooperativistas, comunais e empresas socialistas) e privadas (EL TROUDI, 2010; GIORDANI, 2009; MÁRQUEZ, 2019).

Designado *socialismo productivo venezolano*, este novo padrão de produção, distribuição e consumo sucederia o então predominante modelo de apropriação coletiva da renda petroleira através do fortalecimento do tecido produtivo endógeno e da economia social, cujas células organizativas derivariam do processo de institucionalização das *misiones* e demais entidades associativas (EL TROUDI, 2010; GIORDANI, 2009). Para tanto, se mostrou imperativo o redesenho de políticas setoriais nos setores agrícola, industrial e tecnológico, em paralelo ao controle social do mercado a partir do engajamento comunitário na produção de bens e serviços e na organização do trabalho (ÁLVAREZ R., 2009). Uma vez demonstrada a sua superioridade material a médio prazo, projetou-se a constituição de um novo regime de acumulação embasado em uma economia não petroleira, autossustentada e planejada em função da satisfação das necessidades básicas da população. O prelúdio para a consecução de uma transição socialista no país procederia, então, da progressiva incorporação das entidades econômicas privadas e estatais à dinâmica das Empresas de Propriedade e Produção Social (EPS) associadas ao âmbito comunal,

as quais assumiriam diretamente parte crescente da produção de bens e serviços (ÁLVAREZ R., 2009; EL TROUDI, 2006).

Resta patente a centralidade assumida pela proposta de proliferação de empresas fabricantes de bens de capital, bens intermediários e tecnologia (setor 1) às pretensões bolivarianas de ampliação das capacidades industriais instaladas e fortalecimento dos encadeamentos produtivos, visando a fomentar o patrimônio produtivo nacional em favor do desenvolvimento de segmentos não-tradicionais, como o de bens de consumo essenciais (setor 2). Depreende-se, pois, que a estratégia de indução ao progresso técnico e à atualização tecnológica de indústrias estratégicas, ou seja, de elevação da produtividade do trabalho via incremento do mais-valor relativo, concebe como generalizável o desenvolvimento das forças produtivas tal qual operado pelas economias centrais no século passado.

Vale relembrar que tais economias transitaram a uma configuração produtiva qualitativamente superior valendo-se do fornecimento de meios de subsistência e de matérias-primas, bem como, indiretamente, da desvalorização real da força de trabalho pelas e nas periferias. Nos termos de Marini (2011 [1973]), o processo de especialização produtiva industrial dos países centrais correspondeu ao deslocamento do eixo de acumulação do mais-valor absoluto ao relativo como método para a elevação da composição orgânica nacional e, por extensão, à apropriação pelos mesmos de taxas superiores de mais-valor no mercado mundial. Ao contribuir para responder ao declínio tendencial da taxa de lucro no capitalismo central, a América Latina corrobora não apenas a expansão quantitativa da produção, como também a superação das contradições inerentes à acumulação no centro, evitando, ali, a materialização de uma cisão estrutural no ciclo do capital<sup>13</sup> (MARINI, 2011 [1973]).

---

<sup>13</sup> “Com o dito até agora, podemos compreender que no mesmo momento histórico as modalidades de reprodução do capital apresentam diferenças radicais entre os padrões prevaletentes nas economias centrais e os padrões gerados nas economias dependentes. Se nas primeiras os padrões de reprodução do capital tenderão a tensionar, mas sem romper, a relação do capital com os trabalhadores em sua dupla condição de produtores de mais-valor e consumidores (tendência que se fratura em situações de crise capitalista como a que se vive atualmente), nas economias dependentes o capital tenderá a exacerbar dita tensão e a fraturá-la de maneira regular, agudizando os mecanismos de produção de mais-valor que afetam e reduzem a capacidade de consumo e de reprodução normal dos trabalhadores” (OSORIO, 2016, p. 202, tradução nossa).

Partindo desta ótica, a proposição do *socialismo productivo venezolano* pelos bolivarianos se configura como um feito inexequível nos marcos do capitalismo dependente, já que não estão disponíveis as mesmas condições outrora desfrutadas pelo centro para a transformação do eixo de sua acumulação. Coincidindo com a excepcional apreciação das *commodities* a partir de 2003, a implementação da estratégia de desenvolvimento endógeno pelos bolivarianos sustentou-se fundamentalmente na melhoria conjuntural da inserção externa venezuelana, que logrou reter uma maior parcela do valor produzido, aliviando relativamente a atuação dos determinantes estruturais da dependência. Assim, entre 2005 e 2013, apesar do insuficiente crescimento em termos absolutos experimentado pelo setor petrolífero naquela década, a proeminência dos hidrocarbonetos na pauta de exportações, mais influenciada pela alta dos preços do barril que pelo volume físico exportado, corroborou este afrouxamento das restrições para a acumulação interna no país caribenho.

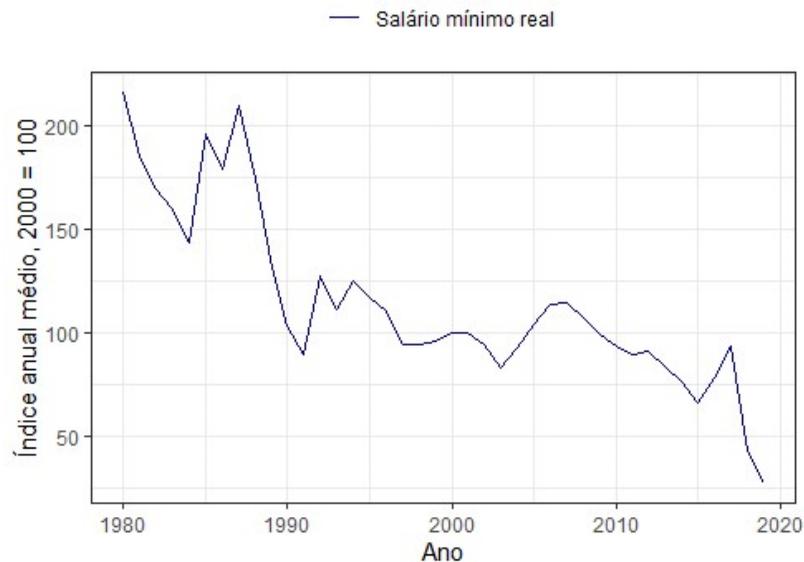
Ao apostar na manutenção do esquema de acumulação petrolífero-rentista, restou incontornável aos bolivarianos recorrer a recursos como a superexploração da força de trabalho para se alcançar uma alteração qualitativa da produtividade do trabalho no circuito não-petrolífero. A presente análise demonstrou que, mesmo diante da flexibilização dos indicadores de vulnerabilidade externa conjuntural na América Latina à época, foram reproduzidas (e acirradas) pelo mecanismo endógeno de acumulação bolivariano as mesmas condições de subordinação do trabalho inauguradas desde a crise do padrão industrial articulado às cadeias globais de valor.

Apresenta-se como indício do acirramento da precarização do trabalho e de descenso absoluto da demanda de trabalho (desemprego estrutural) a baixa incidência de vinculação contratual (37%) sobre o conjunto de trabalhadoras e trabalhadores ocupados, além do predomínio da informalidade junto ao reduzido nível de emprego industrial, que abrangeu cerca de 20% de contratistas, informais e temporários entre 2007-2008 (INE, 2022). Em contraste ao argumentado por Curcio (2017), que acusa tendência decrescente para as taxas de desemprego entre 2003 e 2014, problematizam-se os critérios

envolvidos na classificação da população ocupada na medida em que se considerou o mínimo de uma hora de trabalho por período de referência convencional, o que poderia ocultar formas encobertas de desemprego.

Outro relevante parâmetro de incremento tendencial da superexploração da força de trabalho é a avaliação do poder de compra do salário mínimo legal em relação aos valores de uso necessários à reprodução da vida da classe trabalhadora, refletida nas séries históricas correspondentes à *canasta básica* disponibilizadas pelo *Centro de Documentación y Análisis para los Trabajadores* (Cenda). Ao registrar a variação anual de 71,9% entre julho de 2013 e julho de 2014, o que representa um déficit de 45,5% em termos aquisitivos, o Cenda (2021) constatou que, para o ano 2014, foram requeridos cerca de quatro salários mínimos por *canasta básica*. A tendência observada expressa, portanto, flagrante situação de violação do valor da força de trabalho. Verifica-se, ainda, que a queda tendencial do poder de compra do salário mínimo legal na Venezuela acompanha o peso da inflação sobre os preços dos gêneros alimentícios, ainda que parte de tais gêneros tenham sido contemplados pela política bolivariana de regulação de preços.

### Gráfico 1: Evolução do salário mínimo real na Venezuela



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Cepal (2022).

Em meio ao cenário de desvalorização cambial suscitado pela oscilação petrolífera, os anuais decretos de reajuste do piso salarial a preços constantes passaram, a partir de 2010, a não render incremento significativo às remunerações, corroídas pela crescente inflação (LÓPEZ MAYA, 2016). Em que pese o esforço bolivariano em favor dos aumentos salariais e pela redução da duração máxima semanal das jornadas de 44 a 40 horas mediante a *Ley Orgánica del Trabajo, los Trabajadores y las Trabajadoras*, a alteração das grandezas em questão foi insuficiente para deslocar a condição de rebaixamento do valor real dos salários observada no processo de valorização. A recorrente remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor sugere, ademais, a configuração de um patamar de jornadas existentes superior às jornadas legais, em duração e em intensidade.

Assim, a elevação do mais-valor relativo na base da acumulação procede, entre outros fatores, da privação de bens de consumo essenciais à classe trabalhadora como compensação ao não-incremento da capacidade produtiva, isto é, da configuração de um descompasso entre o elemento histórico-moral<sup>14</sup> do valor da força de trabalho e a remuneração recebida. O não enfrentamento pelos bolivarianos das formas de superexploração da força de trabalho no plano da produção interna, em favor da generalização de um grau de intensidade do trabalho que conduziu à acentuação da extração de mais-valor relativo, redundou, afinal, na diminuição da capacidade de consumo dos trabalhadores e na restrição da possibilidade de realização dos bens produzidos nacionalmente.

Sem a contrapartida do consumo doméstico, o processo de reprodução dependente tende a aprofundar a estrutural estratificação do mercado interno

---

<sup>14</sup> “[...] A quantidade dos meios de subsistência tem, portanto, de ser suficiente para manter o indivíduo trabalhador como tal em sua condição normal de vida. As próprias necessidades naturais, como alimentação, vestimenta, aquecimento, habitação etc., são diferentes de acordo com o clima e outras peculiaridades naturais de um país. Por outro lado, a extensão das assim chamadas necessidades imediatas, assim como o modo de sua satisfação, é ela própria um produto histórico e, por isso, depende em grande medida do grau de cultura de um país, mas também, entre outros fatores, de sob quais condições e, por conseguinte, com quais costumes e exigências de vida constitui-se a classe dos trabalhadores livres num determinado local. Diferentemente das outras mercadorias, a determinação do valor da força de trabalho contém um elemento histórico e moral. No entanto, a quantidade média dos meios de subsistência necessários ao trabalhador num determinado país e num determinado período é algo dado” (MARX, 2013, p. 246).

e a desproporção entre os setores, sacrificando cada vez mais o consumo dos trabalhadores em favor do consumo das classes não-produtoras e do engajamento econômico exportador, na tentativa de superar as contradições inerentes ao ciclo dependente e valorizar-se (MARINI, 2012). Tais contradições denotam a reprodução ampliada da segunda cisão entre as fases de produção e circulação (segunda cisão do ciclo do capital), expressada pelo impulso à produção industrial alheio à prévia consolidação do setor 1 e à generalização do mais-valor relativo ao conjunto do aparato produtivo (MARINI, 2011[1973]). Nesse contexto, a não predominância de bens salários<sup>15</sup> na esfera produtiva, a composição concentrada do consumo aos capitalistas e camadas médias altas e o encarecimento da *canasta básica* determinam o comportamento do valor da força de trabalho venezuelana sem a correspondente elevação da remuneração, convertendo o fundo de consumo dos trabalhadores em fundo de acumulação de capital.

Na medida em que a proposta incita o desenvolvimento das forças produtivas resignado à reprodução automática da *siembra petrolera*<sup>16</sup>, haja vista a relação direta desta com os determinantes estruturais da dependência, coincide necessariamente em sua dinâmica interna e externa com a orientação do padrão de reprodução no qual está inserida. Não é casual, portanto, a proeminência do engajamento econômico exportador no decurso da *industrialización soberana*, fundamentalmente centrado no petróleo cru enquanto principal valor de uso exportado, além de bens metalúrgicos de baixo valor agregado. Em 2005, os hidrocarbonetos responderam por 88% do valor auferido em relação ao produto, correspondendo cerca de 60% desta totalidade ao petróleo cru, ao passo que as exportações manufatureiras não ultrapassaram 9,4%. Para 2013, apesar da redução do peso das exportações, a

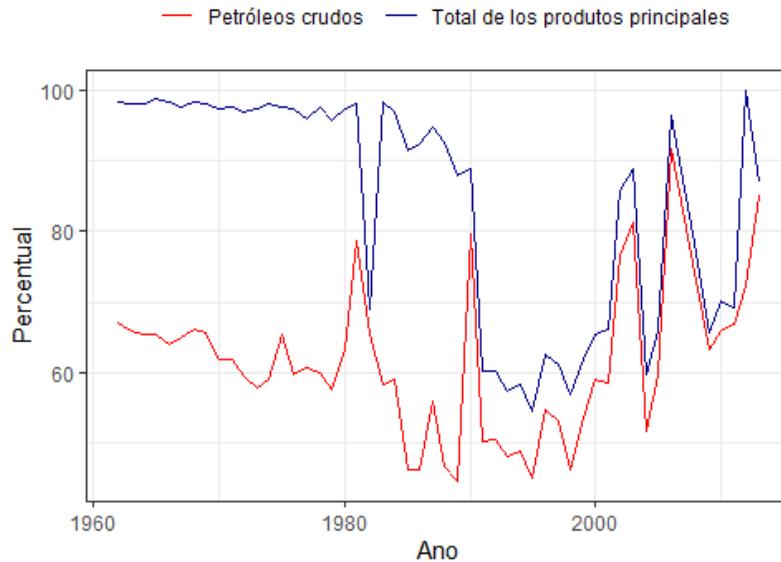
---

<sup>15</sup> Isto é, bens que façam parte da cesta de consumo da classe trabalhadora, cumprindo papel relevante para a sociabilidade e reprodução da vida das trabalhadoras e trabalhadores.

<sup>16</sup> Na historiografia venezuelana, a origem da *siembra petrolera* como justificativa conceitual para as transferências da renda petrolífera ao setor produtivo privado sempre foi repleta de disputas. Sem nos atermos a elas, neste trabalho entendemos por *siembra* a expressão do processo de reinvestimento produtivo patrocinado pela receita das exportações petrolíferas em estreita imbricação com o regime de acumulação petrolítero-rentista, constitutivo do ciclo do capital dependente venezuelano.

proeminência das exportações associadas a bens básicos se agudiza (98,2%), correspondendo o petróleo cru a 85% e a manufatura a apenas 1,8% desta totalidade. O gráfico a seguir ilustra tais dados.

### Gráfico 2: Participação porcentual do petróleo cru em relação aos principais produtos de exportação



Fonte: elaboração própria a partir dos dados da Cepal (2022)

Erigida sobre os recursos da renda petroleira, o desenvolvimento das condições de produção e consumo ao longo da *industrialización soberana* assume, portanto, caráter dependente na medida em que aprofunda a atrofia dos setores agrícola e industrial. A proposta de renovação produtiva mediante a gestação do *socialismo productivo venezolano* necessariamente concorre, pois, com o avanço do padrão de especialização vigente, colocando em manifesto os limites do potencial dinamizador da indústria petroleira sobre os demais setores, o comprometimento dos níveis de emprego, remuneração e de qualificação da força de trabalho, além da subordinação tecnológica e científica aplicada à produção. Tais tendências não são alheias, mas, sim, características da modalidade dependente de reprodução do capital, não havendo, a nosso juízo, possibilidade de constituição de uma economia pós-rentista na Venezuela sem que tal condição seja superada.

## Conclusão

Nas circunstâncias da internalização da crise estrutural de 1968/69, consolidada-se na Venezuela o esgotamento do padrão industrial integrado ao capital estrangeiro, sucedido pela transição à especialização produtiva petrolífera e em setores de baixo valor agregado. Diante do exposto, investigou-se como o endogenismo bolivariano enfrentou a reorganização dos processos produtivos desde a reconfiguração da divisão internacional do trabalho desdobrada de referida crise, orientado à edificação de um sistema de produção e consumo comunal socialista no país caribenho.

Na contramão da dispersão global das etapas produtivas característica do atual padrão de reprodução, o bolivarianismo buscou reanimar a industrialização de tipo endógeno sem comprometer o fornecimento ao mercado de recursos naturais estratégicos e sem enfrentar a diminuição tendencial do preço da força de trabalho. Paralelamente, constatou-se a acentuação da exportação de capitais perpetuada pela concessão bolivariana à liberalização da conta de capitais e pela crescente remessa via amortização dos serviços da dívida, o que conduz ao progressivo comprometimento da autonomia nacional sobre os excedentes petrolíferos e a distribuição cada vez mais concentrada destes.

Distante do protagonismo do operariado petrolífero, a solução perseguida pelos bolivarianos através do endogenismo e, posteriormente, em direção ao *socialismo productivo venezolano*, determinado pela subordinação dos objetivos precedentes à construção de relações de produção alternativas, incorpora elementos do atual regime de reprodução visando transitar a um estágio de desenvolvimento produtivo superior para, só então, ultrapassá-lo. Coube a este artigo desvelar o lado oculto desta relação, a saber, o papel correspondente à *siembra petrolera* enquanto metáfora do modelo de acumulação contido na relação de reprodução do capitalismo dependente petrolífero-rentista, sustentado por uma coesão de classe sob hegemonia das frações comercial-importadora e financeira cuja reconfiguração, desatada a

partir da referida crise, reincorpora o intervencionismo sobre os negócios petrolíferos visando alcançar novas condições de acumulação.

Pela especificidade da inserção do país sul-americano junto à divisão internacional do trabalho, a aposta bolivariana na elevação da composição orgânica média dos capitais atuantes nacionalmente apresentou como sintoma o incremento da exportação de capitais e de sua contraface, a superexploração da força de trabalho, tornando notória a relevância das formulações introduzidas pela teoria marxista da dependência à explicação do porquê a alternativa endógena fracassou ali.

Tomando por referência Carla Ferreira (2012), coincidimos quanto a ser a superexploração a contrapartida necessária para que fossem alcançados ganhos de produtividade pelo modelo de desenvolvimento propugnado pelos bolivarianos, o qual engendrou contratendências que findaram reforçando os determinantes estruturais da dependência. Apesar da carência de dados oficiais, sustenta-se tal hipótese a partir dos indícios de manifestação do expediente da superexploração nas circunstâncias de violação sistemática do valor da força de trabalho, expansão de formas de contratação precárias que sugerem a tendência ao prolongamento de jornadas além da intensidade e dos limites legais, a par do descompasso entre o elemento histórico-moral do valor da força de trabalho e a remuneração recebida, corroborando a violação do fundo de consumo das classes produtoras.

A superexploração da força de trabalho no contexto produtivo venezuelano aparece, portanto, como condição incontornável ao avanço do modo de acumulação dependente em sua especificidade petrolífero-rentista. É inócua considerar, portanto, a possibilidade de superação das determinações dadas pelo vigente padrão de reprodução e, por extensão, das características constitutivas da dependência nos marcos do próprio modo de produção capitalista.

Assim, resistindo às aparências conjunturais, admite-se a coincidência de episódios favoráveis à acumulação dependente em contextos de aberto declínio da taxa média de lucro nas economias centrais, como na ocasião

da bonança experimentada pelas economias petroleiras em plena transição para a fase recessiva do presente ciclo, marcada pela deflagração da crise estrutural nos anos 1968/69; e, no caso venezuelano, no advento da *industrialización soberana*, coincidindo com o último ciclo de apreciação das *commodities*. Porém, conforme nos adverte Osorio (2012, 2016), a neutralização da tendência à redução da rentabilidade do capital necessariamente culmina na reestruturação do ciclo de reprodução sob novos matizes, de ordem tecnológica, produtiva e organizacional. E em razão de seu engajamento subordinado, essa reestruturação dificilmente se concentraria em regiões periféricas e dependentes enquanto novos eixos centrais da acumulação em nível mundial, limitando tais economias a condições adversas ao desenvolvimento qualitativo de suas forças produtivas.

Por fim, sublinha-se que os avanços e contradições ensejados pela experiência bolivariana recolocam a disjuntiva dependência ou revolução para a América Latina na ordem do dia, tendo incidido junto a luta de classes em dimensões continentais. É à luz disso que buscou-se fornecer subsídios à elaboração de respostas econômicas aptas a contribuir com diagnósticos voltados à ruptura com a especialização produtiva vigente na Venezuela, além da superação de sua condição capitalista dependente e, por extensão, da superação das relações de produção capitalistas em todo o continente latino-americano.

## Referências

- ÁLVAREZ R., V. *¿Hacia dónde va el modelo productivo?* Caracas: Centro Internacional Miranda, 2009.
- BAMBIRRA, V. *O capitalismo dependente latinoamericano*. 2.ª ed. Florianópolis: Insular, [1974]2012.
- BANKO, C. Estado e industrialización en Venezuela. *Expresión Económica. Revista de análisis*, n. 14, p. 35-49, 2005.
- BAPTISTA, A. *Teoría económica del capitalismo rentístico*. 2.ª ed. Caracas: Banco Central de Venezuela (BCV), [1997]2010
- BARROS, P. S. *Governo Chávez e Desenvolvimento: a política econômica em processo*. Dissertação de Mestrado em Economia Política – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.
- BREDA, D. M. *A transferência de valor no capitalismo dependente contemporâneo: O caso do Brasil entre 2000 e 2015*. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020.
- CARCANHOLO, M. D. *Dependencia, superexplotación del trabajo y crisis: una interpretación desde Marx*. Madrid: Ediciones Maia, 2017.
- CECEÑA, A. E. Sobre Las Diferentes Modalidades de Internacionalización del Capital. *Problemas del Desarrollo*, vol. 21, n. 81, 1990, p. 15-40.
- CENDA. *Centro de documentación y análisis para los trabajadores*. Informe CBT, 2014. Disponível em: <http://cenda.org.ve/noticia.asp?id=104>.
- CEPAL. *Comissão Econômica para a América Latina e Caribe*. División de Estadísticas. Bases de Datos y Publicaciones Estadísticas, 2022. Disponível em: [https://statistics.cepal.org/portal/cepalstat/dashboard.html?indicator\\_id=1972&area\\_id=650&lang=es](https://statistics.cepal.org/portal/cepalstat/dashboard.html?indicator_id=1972&area_id=650&lang=es).
- CICERO, P. H. M. *O Rentismo Petrolero e seus impactos para a política externa venezuelana (1927-2013)*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2015.
- CURCIO, P. *La mano visible del mercado. Guerra económica en Venezuela*. Caracas: Ediciones Ministerio del Poder Popular para la Comunicación e Información (MinCI), 2017.
- DUMÉNIL, G; LÉVY, D. *A crise do neoliberalismo*. Tradução de Paulo Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2014.
- EL TROUDI, H. *Dilemas económicos e institucionales de la transición*. Caracas: Centro de Estudios Políticos Económicos y Sociales (CEPES) y Monte Ávila Editores, 2010.
- FERREIRA, C. C. C. *Ideologia bolivariana: as apropriações do legado de Simón Bolívar em uma experiência de povo em armas na Venezuela. O caso da Guerra Federal (1858-1863)*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- FERREIRA, C. C. C. *A classe trabalhadora no Processo Bolivariano da Venezuela: Contradições e conflitos no capitalismo dependente petrolero-rentista*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
- GIORDANI, J. *La transición venezolana al socialismo*. Caracas: Vadell Hermanos Editores, 2009.
- INE. *Ficha Técnica de la Encuesta de Grandes Empresas Industriales (EGEI) 2007 -2010*. Disponível em: [http://www.ine.gob.ve/index.php?option=com\\_content&id=449&Itemid=36&view=article](http://www.ine.gob.ve/index.php?option=com_content&id=449&Itemid=36&view=article).
- LIMA GOMES, A. C. *La siembra de la dependencia: economía política do rentismo petrolero e suas implicações à política industrial bolivariana (1999-2013)*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Departamento de Estudos Latino-americanos, Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

- LÓPEZ GONZÁLEZ, A. E.; DOMENECH LEGA, B.; FERRER MARTÍ, L. Renta petrolera y electrificación en Venezuela: Análisis histórico y transición hacia la sostenibilidad. *Cuadernos Latinoamericanos*, v. 29, n. 51, p. 1-24, 2017.
- LÓPEZ MAYA, M. *Del viernes negro al referendo revocatorio*. Caracas: Editorial Alfa, 2005.
- LÓPEZ MAYA, M. *El ocaso del chavismo: Venezuela 2005-2015*. Caracas: Editorial Alfa, 2016.
- LUCAS, G. *Industrialización contemporánea en Venezuela (1936-2000)*. Caracas: Universidad Católica Andrés Bello (UCAB), 2006.
- LUCAS, G. *Populismo y Desindustrialización (1974-2020)*. Caracas: Universidad Católica Andrés Bello (UCAB), 2021.
- MANDEL, E. *Las ondas largas del desarrollo capitalista. La interpretación marxista*. Tradução de Javier Maestro. Madrid: Siglo Veintiuno de España Editores S.A, 1986.
- MARINI, R. M. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (orgs.). *Ruy Mauro Marini – Vida e obra*. 2.ª ed. São Paulo: Expressão Popular, p. 131-185, 2011.
- MARINI, R. M. La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo. *Cuadernos Políticos*, número 12, editorial Era, México, D.F., p.20-39, 1977.
- MARINI, R. M. O ciclo do capital na economia dependente. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. (orgs.). *Padrão de reprodução do capital: contribuições da Teoria Marxista da Dependência*. São Paulo: Boitempo, p. 21-36, 2012.
- MARX, K. *O Capital: crítica da Economia Política. Livro I: o processo de produção do capital / Karl Marx*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, [1867]2013
- MAZA ZAVALA, D. F. *La década crítica de la economía venezolana (1998-2007)*. Caracas: Ensayos, El Nacional, 2009.
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Tradução de Sérgio Lessa e Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MOMMER, B. *La cuestión petrolera*. Caracas: Asociación de Profesores de la Universidad Central de Venezuela, 1988.
- MORALES, J. El imperialismo del siglo XXI. *Periferias. Revista de Ciencias Sociales*, Buenos Aires: Fundación de Investigaciones Sociales y Políticas, Año 25, n. 24, p. 38-43, 2016.
- OSORIO, J. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, Cecília; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias. (orgs.). *Padrão de reprodução do capital: contribuições da Teoria Marxista da Dependência*. São Paulo: Boitempo, p. 37-86, 2012.
- OSORIO, J. *Teoría Marxista de la Dependencia: Historia, fundamentos, debates y contribuciones*. Los Polvorines: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2016.
- OURIQUES, N. D. Política de desarrollo y transición al socialismo. *Revista Rebelde*, v. 5, n.1, p. 73-87, 2015.
- PARKER, D. El desarrollo endógeno: ¿Camino al socialismo del siglo XXI? *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, v. 13, n. 2, p. 59-85, 2006.
- SEVERO, L. W. Venezuela: los diez años de gobierno Chávez y el desafío de sembrar el petróleo. *OIKOS*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 93-117, 2009.
- SUTHERLAND, M. El proceso de desindustrialización (anti)socialista en Venezuela, crónica de una ruina anunciada. *Revista Venezolana de Análisis de Coyuntura*, v. 22, n. 2, p. 15-40, 2016.
- VERA, L. Cambio estructural, desindustrialización y pérdidas de productividad: evidencia para Venezuela. *Cuadernos del Cendes*. Caracas, v. 26, n. 71, p. 89-115, 2009.